

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

PORTUGUÊS

1 - Em qual das alternativas todos os verbos apresentam uma irregularidade no futuro do subjuntivo?

- a) pôr – ver – rir
- b) incendiar – caber – intervir
- c) dizer – equivaler – medir
- d) fazer – dispor – vir

2 - Em qual das alternativas abaixo, apresenta o particípio irregular dos verbos expressar, tingir e enxugar?

- a) expresso, tingido e enxugado.
- b) expresso, tinto e enxuto.
- c) expressado, tingido e enxuto.
- d) expresso, tinto e enxugado.

3 - Assinale a alternativa em que todos os substantivos são do gênero masculino:

- a) eclipse – alface – champanha
- b) mascote – assombração – grama
- c) cal – jacaré – alface
- d) profeta – fantasma – telefonema

4 - Qual a alternativa em que ambos os adjetivos não se flexionam em gênero?

- a) juiz arrogante, sentimento fraterno
- b) cientista hindu, homem célebre
- c) elemento motor, tratamento médico-dentário
- d) esforço vão, passeio matinal

5 - Estão corretamente empregadas as palavras na frase:

- a) Os noivos receberam os cumprimentos no salão de festas.
- b) O detetive que investigava o caso agiu com descrição.
- c) O motorista foi autuado porque infligiu a velocidade permitida.
- d) As denúncias contra o deputado imergiram durante a eleição.

CONHECIMENTOS GERAIS

6 - O Brasil possui 15.719 quilômetros de fronteiras. O país que apresenta o maior trecho fronteiro com o território brasileiro é:

- a) Bolívia

- b) Paraguai
- c) Suriname
- d) Chile

7 - Uma das fronteiras mais movimentadas do Brasil, cujo marco divisório é a Ponte da Amizade, passando sobre o Rio Paraná, separa o país do:

- a) Paraguai
- b) Uruguai
- c) Bolívia
- d) Equador

8 - A expressão "Bacia Hidrográfica" pode ser entendida como:

- a) o conjunto de lagoas isoladas que se formam no leito dos rios quando o nível de água baixa.
- b) o aumento exagerado do volume de água de um rio principal e seus afluentes quando chove acima do normal.
- c) o lago formado pelo represamento das águas de um rio principal e seus afluentes.
- d) o conjunto das terras drenadas ou percorridas por um rio principal e seus afluentes.

9 - Para garantir a posse da terra, Portugal decidiu colonizar o Brasil. Mas, para isso, seria preciso desenvolver uma atividade econômica lucrativa. A solução encontrada foi implantar em certos trechos do litoral:

- a) a exploração do ouro.
- b) a extração do pau-brasil.
- c) a criação de gado.
- d) a produção açucareira.

10 - A defesa ideológica do projeto Marcha para o Oeste, idealizado pelo governo Getúlio Vargas, foi realizada por um importante intelectual brasileiro do período. Estamos falando de:

- a) Cassiano Ricardo
- b) Sérgio Buarque de Hollanda
- c) Gilberto Freyre
- d) Monteiro Lobato

INFORMATICA

11 - No Windows 10 BR, a execução do atalho de teclado

Tecla do logotipo do Windows + D

tem o seguinte objetivo.

- a) Abrir e fechar o Menu Link Rápido
- b) Abrir e fechar a central de Facilidade de Acesso
- c) Exibir e ocultar o Painel de Controle
- d) Exibir e ocultar a Área de Trabalho

12 - Trabalhando no Word 2016 e desejando que o tamanho da fonte do texto seja aumentado em 1 ponto, por meio de teclas de atalho, deve-se utilizar

- a) Shift+Q
- b) Alt+U
- c) Ctrl+]]
- d) Ctrl+Alt+I

13 - A função F1 do teclado, também conhecida como tecla de atalho por alguns usuários do programa Microsoft Word 2016, serve para:

- a) Abrir a caixa de paragrafo.
- b) Centralizar o texto
- c) Abrir a janela visualizado da ajuda
- d) Adicionar espaçamento entre linhas

14 - Considere o fragmento de planilha, apresentado na figura abaixo, elaborado no Microsoft Office Excel 2016, versão língua portuguesa para área de trabalho no sistema operacional Windows 10, na sua configuração padrão.

	A	B
1	Frutas	Quantidade
2	Amora	70
3	Maças	35
4	Laranjas	90
5	Mangas	10
6		

Ao ser aplicada à célula B6 a fórmula

=CONT.SE(B2:B5;">=32")-
CONT.SE(B2:B5;">85")

o resultado apresentado pela célula B6 será

- a) 4
- b) 7
- c) 3
- d) 2

15 - No Excel 2016, versão em português, para Windows, a função Potência eleva um número a uma potência. Por exemplo, a fórmula =POTÊNCIA(6;3) resulta em

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

216, isto é, 6^3 . Uma outra forma de se obter esse mesmo resultado é com a seguinte fórmula:

- a) $=6^3$.
- b) $=6|3$.
- c) $=6 \times 3$.
- d) $=6^{\wedge}3$.

ESPECIFICA

16 - Analise as afirmativas sobre as fontes do Direito Administrativo:

I- Os preceitos normativos do ordenamento jurídico sejam eles decorrentes de regras ou princípios, contidos na Constituição, nas leis e em atos normativos editados pelo Poder Executivo para a fiel execução da lei;
II- A jurisprudência, isto é, reunião de diversos julgados num mesmo sentido. Se houver Súmula Vinculante, a jurisprudência será fonte primária e vinculante da Administração Pública;
III- A doutrina: produção científica da área expressa em artigos, pareceres e livros, que são utilizados como fontes para elaboração de enunciados normativos, atos administrativos ou sentenças judiciais;
IV- Os costumes ou a praxe administrativa da repartição pública.
Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas III e IV
- d) Todas as afirmativas

17 - Um dos princípios do Direito Administrativo expressos no *caput* do art. 37 da Constituição é a Legalidade administrativa, podemos defini-la como:

- a) significa que a Administração Pública só pode o que a lei permite. Cumpre à Administração, no exercício de suas atividades, atuar de acordo com a lei e com as finalidades previstas, expressas ou implicitamente, no Direito.
- b) implica que os administrados que preencham os requisitos previstos no ordenamento possuem o direito público subjetivo de exigir igual tratamento perante o Estado. Do ponto de vista da Administração, a atuação do agente público deve ser feita de forma a evitar promoção pessoal, sendo que os seus atos são imputados ao órgão, pela teoria do órgão.
- c) é o princípio básico da Administração que propicia a credibilidade pela transparência. Costuma-se diferenciar publicidade geral, para atos de efeitos externos,

que demandam, como regra, publicação oficial; de publicidade restrita, para defesa de direitos e esclarecimentos de informações nos órgãos públicos.

- d) é o princípio que exige dos agentes públicos comportamentos compatíveis com o interesse público que cumpre atingir, que são voltados para os ideais e valores coletivos segundo a ética institucional.

18 - Um dos princípios do Direito Administrativo expresso no *caput* do art. 37 da Constituição é a Moralidade administrativa, podemos defini-la como:

- a) significa que a Administração Pública só pode o que a lei permite. Cumpre à Administração, no exercício de suas atividades, atuar de acordo com a lei e com as finalidades previstas, expressas ou implicitamente, no Direito.
- b) implica que os administrados que preencham os requisitos previstos no ordenamento possuem o direito público subjetivo de exigir igual tratamento perante o Estado. Do ponto de vista da Administração, a atuação do agente público deve ser feita de forma a evitar promoção pessoal, sendo que os seus atos são imputados ao órgão, pela teoria do órgão.
- c) é o princípio básico da Administração que propicia a credibilidade pela transparência. Costuma-se diferenciar publicidade geral, para atos de efeitos externos, que demandam, como regra, publicação oficial; de publicidade restrita, para defesa de direitos e esclarecimentos de informações nos órgãos públicos.
- d) é o princípio que exige dos agentes públicos comportamentos compatíveis com o interesse público que cumpre atingir, que são voltados para os ideais e valores coletivos segundo a ética institucional.

19 - Para realizar suas atividades, a Administração Pública detém prerrogativas ou poderes. Conforme clássica exposição de Celso Antônio Bandeira de Mello 6, tais poderes são poderes-deveres, ou seja, poderes subordinados ou instrumentais aos deveres estatais de satisfação dos interesses públicos ou da coletividade. Um desses poderes é o Poder da hierarquia, podemos defini-lo como:

- a) É a prerrogativa que tem a Administração de optar, dentre duas ou mais soluções, por aquela que, segundo critérios de conveniência e oportunidade, melhor atenda ao interesse público no caso concreto.

Entende-se, no geral, que vinculação não é propriamente um poder, mas uma sujeição da Administração ao império da lei.

- b) Decorrem os seguintes poderes: ordenar atividades, controlar ou fiscalizar as atividades dos subordinados, rever as decisões, com a possibilidade de anular atos ilegais ou de revogar os inconvenientes e inoportunos, com base na Súmula 473/STF, punir ou aplicar sanções disciplinares, avocar ou chamar para si atribuições, delegar e editar atos normativos internos.
- c) É o que compete à Administração para apurar supostas infrações funcionais e, se for o caso, aplicar as sanções administrativas. Ele abrange tanto as relações funcionais com os servidores públicos, como às demais pessoas sujeitas à disciplina da Administração Pública 8.
- d) Envolve a edição pela Administração Pública de atos com efeitos gerais e abstratos, como decretos regulamentares, instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações. Poder regulamentar é, portanto, uma espécie de poder normativo.

20 - Considera-se ato administrativo, segundo Di Pietro, a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância de lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle do Poder Judiciário.

Tendo em vista o regime jurídico administrativo, os atos administrativos possuem os seguintes atributos:

I- presunção de legitimidade e veracidade;
II- imperatividade, pois se impõem aos seus destinatários, independentemente de sua concordância;
III- autoexecutoriedade, podendo a Administração como regra executar suas decisões, sem a necessidade de submetê-las previamente ao Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

21 - O princípio da impessoalidade possui três aspectos que o caracterizam, analise as afirmativas:

I- Dever de isonomia por parte da administração pública: Diz que a administração pública deve tratar a todos os seus administrados de maneira igualitária, não fazendo entre eles nenhum tipo de distinção

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

II- Dever de conformidade aos interesses públicos: A lei deve ser cumprida com o objetivo de atender aos interesses da coletividade.

III- Vedação à promoção pessoal de agentes públicos: Qualquer obra ou ato da administração pública nunca devem ser feitos com o objetivo de promover um único agente ou terceiros.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

22 - De acordo com a Constituição Federal, o cidadão é amparado por leis e ainda conta com respaldo do Estado em situações envolvendo educação, saúde e trabalho, por exemplo. Analise os principais direitos do cidadão:

I- Direitos fundamentais: a Constituição Federal prevê que todo cidadão tenha acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, segurança, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, lazer, vestuário, alimentação e transporte.

II- Direitos iguais: mulheres e homens têm direitos iguais conforme a Constituição. Isso se aplica a questões relacionadas à família, como responsabilidades com os filhos, ou também em situações de trabalho.

III- Liberdade de expressão: todo cidadão possui a liberdade de expressar sua opinião, deixar de fazer ou fazer o que tem vontade. No entanto, desde que esteja dentro dos limites previstos por Lei, e que não cause danos físicos ou morais a terceiros. A liberdade de expressão também se aplica à escolha ou não de religião, assim como à liberdade sexual.

IV- Ser tratado com humanidade: nenhum ser humano pode ser submetido à tortura ou a situações degradantes, tanto física como psicologicamente.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas III e IV
- d) Todas as afirmativas

23 - Analise as afirmativas sobre as Normas Constitucionais de Eficácia Jurídica Plena:

I- são aquelas de aplicabilidade imediata, direta, integral, independentemente de legislação posterior para sua parcial operatividade;

II- produzem ou têm possibilidades de produzir todos os efeitos que o constituinte quis regular;

III- não tem autonomia operativa e idoneidade suficiente para deflagrar todos os efeitos a que se preordena;

IV- conformam de modo suficiente a matéria de que tratam, ou seja, seu enunciado prescrito é completo e não necessita, para atuar concretamente, da interposição de comandos complementares.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas II e IV
- d) Todas as afirmativas

24 - Normas Constitucionais de Eficácia Limitada:

I- são aquelas que independem da emissão de uma normatividade futura;

II- apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, pois somente incidem totalmente após normatividade ulterior que lhes dê aplicabilidade

III- o legislador ordinário, integrando-lhes a eficácia, mediante lei ordinária, dá-lhes a capacidade de execução em termos de regulamentação daqueles interesses visados pelo constituinte.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas II e IV
- d) Todas as afirmativas

25 - Podemos Definir a Constituição quanto à estabilidade, sendo assim, consideramos constituições imutáveis:

a) aquelas vedadas de qualquer alteração e acabam se tornando relíquias históricas. Algumas constituições poderão ter uma imutabilidade relativa, isso quando a mesma previr limitações temporais, ou seja, um prazo que não se admitirá a atuação do legislador constituinte reformador.

b) aquelas escritas que poderão ser alteradas por um processo legislativo mais solene e deverão obedecer as exigências formais especiais, deferentes e mais difíceis do que o existente para a edição das demais espécies normativas.

c) em regra não escritas, escritas somente em casos excepcionais, poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário, podendo inclusive a própria lei ordinária contrastante mudar o texto constitucional.

d) formam um meio termo entre as duas anteriores. Nesta algumas regras poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário, enquanto outras somente por um processo legislativo especial e dificultoso.

26 - Os princípios do Direito Constitucional estão elencados juntos aos princípios fundamentais da Constituição Federal, do art. 1º, CF/88, ao art. 4º, CF/88. Em primeiro lugar, afóra as críticas da realidade, compreende-se, em teoria, que o poder emana do povo, evocando a concepção de um Estado Democrático de Direito. E este poder, então, é exercido por meio de representação, seja através de eleições ou diretamente.

O art. 1º, CF/88, apresenta, desse modo, os fundamentos sob os quais opera esse poder, quais sejam:

I- a soberania do Estado;

II- a cidadania;

III- a dignidade da pessoa humana.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

27 - Analise as afirmativas sobre a Natureza jurídica do direito tributário:

I- Em determinadas áreas do direito, a discussão a respeito da sua natureza, pública ou privada, parece ainda ser foco de grandes discussões. Como, por exemplo, a natureza jurídica do direito do trabalho, ou do processo civil.

II- Como maior meio de angariação de recursos ao Estado, a tributação transcende quaisquer interesses individuais. Portanto, o direito tributário é de direito público.

III- É importante destacar que o direito previdenciário pode ser também entendido como uma ramificação do direito administrativo. Isso porque estuda diretamente as relações entre o poder público e seus administrados, especialmente no que diz respeito à tributação.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

28 - Analise as afirmativas sobre as Normas do Direito Tributário.

I- O poder fiscal é inerente ao próprio Estado, que advém de sua soberania política, consistente na faculdade do estabelecer tributos, de exigir contribuições compulsórias, a fim de poder atender às necessidades públicas. Vulgarmente expressa-se como "Fisco" o poder de exigir tributos do Estado.

II- O Direito Tributário regula principalmente as relações jurídicas entre o "Fisco", como sujeito ativo, e o Contribuinte, ou terceiros, como sujeitos passivos; regula a cobrança e a fiscalização dos tributos.

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

III- A base do Direito Tributário é o TRIBUTO - o relacionamento que se realiza entre o Estado e o Contribuinte, através de uma obrigação a que este último está legalmente coagido a satisfazer.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

29 - Nos termos do artigo 145 da nossa Constituição Federal e do artigo 5 do CTN, tributos são:

- a) Impostos.
- b) Taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- c) Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

30 - Analise as afirmativas sobre o que é o Direito Processual Civil:

I- Conforme Ada Pellegrini, é o conjunto de normas e princípios que regem o exercício da jurisdição. Ou seja, determina as bases para os procedimentos judiciais e extrajudiciais. Nesse sentido, portanto, o Direito Processual Civil é a segmentação que regula os procedimentos de Direito Civil.

II- Permite, que os conflitos de interesses de natureza civil – discussões acerca de Direito material civil – sejam atendidos conforme padrões formais, previamente estabelecidos, pelo judiciário. Resguarda, portanto, o direito de ação das partes da relação. Mas também garante que ambas tenham suas alegações apreciadas em uma igualdade formal.

III- As normas de Direito Processual Civil são aplicadas subsidiariamente a outras áreas do Direito, como o Direito Penal e o Direito do Trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas

31 - Os princípios constitucionais do Processo Civil dividem-se em algumas garantias, podemos definir a garantia de celebridade:

- a) inafastabilidade da jurisdição;
- b) duração razoável do processo;
- c) publicidade dos atos processuais;
- d) coisa julgada.

32 - Nos princípios informativos do Direito Processual, tendo em vista o princípio da igualdade (iguais poderes e direitos), tal igualdade se realiza através do contraditório.

Consiste na necessidade de ouvir a pessoa perante a qual será proferida a decisão, garantindo-lhe o pleno direito de defesa e de pronunciamento durante todo o curso do processo. Não há privilégios, de qualquer sorte.

O princípio do Contraditório é absoluto, não admite exceções, sob pena de nulidade do processo.

São 3 as consequências básicas deste princípio:

I- as sentença só é válida a favor das partes integrantes da relação processual;

II- a citação válida é indispensável para que a sentença produza seus efeitos em relação ao réu;

III- a não observância desse princípio gera a nulidade do processo.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas

33 - Podemos considerar princípio da Imparcialidade do Juiz:

- a) O caráter da imparcialidade é inseparável do órgão de jurisdição.
- b) O juiz coloca-se entre as partes e acima delas: esta é a primeira condição para que possa exercer sua função dentro do processo.
- c) A imparcialidade do juiz é pressuposto para que a relação processual se instaure validamente.
- d) A imparcialidade do juiz não é uma garantia de justiça para as partes. Por isso, têm elas o direito de exigir um juiz imparcial: e o Estado, que reservou para si o exercício da função jurisdicional, tem o correspondente dever de agir com imparcialidade na solução das causas que lhe são submetidas.

34 - Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III

d) Todas as afirmativas

35 - "Trata-se do mecanismo que permite à parte obter um provimento acautelatório que preserve o direito material almejado. Em outras palavras, as tutelas de urgência cautelares têm caráter instrumental. Elas não recaem sobre o mérito em si, mas sobre os instrumentos que asseguram a efetividade do mérito e do processo. É o caso, por exemplo, do provimento jurisdicional que confere à parte o direito de acesso a provas documentais necessárias à discussão de mérito que estejam em poder de terceiros."

Nessa descrição podemos concluir que está falando de:

- a) Tutela de evidência
- b) Tutela provisória de urgência antecipada
- c) Tutela de urgência cautelar
- d) Tutela provisória de urgência

36 - O pedido da tutela provisória incidental pode ser cumulado com o pedido principal, (art.308 § 1º do CPC). Segundo Fredie Didier Jr(11),nesse caso, o requerimento pode ser formulado, EXCETO:

- a) na petição final (contestação, petição de ingresso do terceiro ou de manifestação do Ministério Público);
- b) em petição simples;
- c) oralmente, em mesa de audiência ou durante a sessão de julgamento no tribunal - quando deve ser reduzido a termo;
- d) no bojo da petição recursal.

37 - Na AÇÃO POPULAR, o prazo da mesma prescreve em _____ anos (Lei 4.171/1965). Como a legislação não impõe um marco inicial para a contagem, a doutrina e a jurisprudência entendem que o dias a quo é o da data da publicidade do ato questionado, isto é, do ato concreto lesivo ao direito postulado na demanda.

Qual das alternativas melhor preenche a lacuna acima?

- a) 02
- b) 03
- c) 04
- d) 05

38 - Analise as afirmativas sobre a Ação Civil Pública:

I- Direitos Difusos são aqueles de natureza indivisível, de eu sejam titulares pessoas determinadas e ligadas pro situação de fato (art. 81, CDC)

II- Direitos Coletivos são aqueles de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

ligadas entre si ou com a parte contrária, ligadas por uma relação jurídica (art. 81, CDC)

III- Direitos Individuais Homogêneos: decorrentes de origem comum, por uma situação de fato (art. 81, CDC)

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas

39 - No mandato de segurança coletivo tem-se o prazo de:

- a) 60 dias a contar da ciência do ato coator.
- b) 90 dias a contar da ciência do ato coator.
- c) 120 dias a contar da ciência do ato coator.
- d) 150 dias a contar da ciência do ato coator.

40 - O Critério Valorativo: arts. 291 e ss, NCPC, no que diz respeito ao valor da causa. Até 40 salários mínimos, Juizado Especial Cível; até:

- a) 60 salários mínimos quando for Juizado Especial da Fazenda Pública ou Juizado Especial Federal.
- b) 70 salários mínimos quando for Juizado Especial da Fazenda Pública ou Juizado Especial Federal.
- c) 80 salários mínimos quando for Juizado Especial da Fazenda Pública ou Juizado Especial Federal.
- d) 90 salários mínimos quando for Juizado Especial da Fazenda Pública ou Juizado Especial Federal.